



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ PRESENCIAL**

ANTÓNIO JOSÉ NICOLAU ÁLVARO

**ENTRE O MODELO URBANO IDEAL E O REAL: CAMINHOS PARA O
DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**

ACARAPE

2024

ANTÓNIO JOSÉ NICOLAU ÁLVARO

**ENTRE O MODELO URBANO IDEAL E O REAL: CAMINHOS PARA O
DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de
bacharel em Administração Pública, na Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Luís **Miguel Dias** Caetano

ACARAPE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Alvaro, Antonio Jose Nicolau.

A46e

Entre o modelo urbano ideal e o real: caminhos para o desenvolvimento urbano sustentável em Angola / Antonio Jose Nicolau Alvaro. - Redenção, 2024.
45f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel Dias Caetano.

1. Desenvolvimento urbano sustentável. 2. Administração pública. 3. Angola. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 363.7009673

ANTÓNIO JOSÉ NICOLAU ÁLVARO

ENTRE O MODELO URBANO IDEAL E O REAL: CAMINHOS PARA O
DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL EM ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de
bacharel em Administração Pública, na Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovado em: 22 de novembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano (professor orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Juliano Barros de Andrade (professor avaliador)
Faculdade Caicoense Santa Teresinha (FCST)

Paulo Miguel Gonçalves Fernandes (professor avaliador)
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Aos meus pais, Garcia e Isabel, com todo o amor, honra e admiração, pelo sustento, educação e exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus, Todo-Poderoso, autor e sustentador da vida, Origem de todas as coisas, Criador da existência, Motor da História, Padrão do entendimento, Bom, Eterno, Justo, Belo, e Único motivo legítimo pelo qual viver; à Cristo, Seu Filho, definição de amor e misericórdia, Único e suficiente Salvador; ao Espírito Santo, Consolador onnipresente e segurança diária;

À minha esposa, Ester, por seu amor sincero, por sua amizade e parceria, por sua paciência e serenidade, por seu apoio incondicional, pelas prazerosas experiências da vida à dois, e por suas inúmeras virtudes que me fazem amadurecer;

À minha mãe, Isabel, por seu amor profundo, por seu cuidado e sustento, por sua abnegação e sacrifícios, por sua *garra*, por seu apoio, por sua instrução em favor da minha maturidade, por sua paciência e dedicação a mim;

Ao meu pai, Garcia, pelo sustento e instrução no caminho da honra e dignidade, por sua inspiração como referência de homem e exemplo de masculinidade e hombridade, por seus sacrifícios, por sua presença e apoio contínuos;

Aos meus irmãos, pela oportunidade de me tornar o *kota*, por me forçarem a ser crescido, por seu companheirismo e pedidos de ajuda e conselhos que me amadurecem.

Ao professor doutor Luís Miguel Dias Caetano, pela orientação acadêmica além deste TCC, por sua paciência e calma admiráveis, pela fácil acessibilidade e permanente disponibilidade em ajudar além das suas obrigações, por sua simplicidade e amizade, pelo exemplo de profissionalismo e pela inspiração através do compromisso com os outros e suas tarefas;

À Igreja Batista do Calvário de Acarape, seus líderes e liderados, por seu exemplo de perseverança e fidelidade à Deus, por seu compromisso com as Escrituras, pelo seio familiar formado, pela hospitalidade, comunhão e unidade, e pelas incontáveis ajudas;

À Unilab de forma geral; aos professores, por todo o ensino e experiência transmitidos; ao corpo gestor pela postura corajosa e capacidade de liderar e dirigir uma estrutura tão ampla e diversa mantendo-a ordeira e funcional; a todos os colaboradores, pela manutenção da estrutura e criação de condições necessárias ao funcionamento da instituição; aos colegas em

geral, especialmente aos do curso de Administração Pública e turma 2020.1, pelo companheirismo ao longo do período da graduação.

“Toda a boa dádiva e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação.”

(Tiago, o justo)

RESUMO

Frente à explosão urbana do final do século 19, e das dinâmicas e modificações socioeconômicas e espaciais decorrentes dela, o urbanismo tomou lugar privilegiado nas discussões e discursos à nível global, aumentando a preocupação com as questões de ocupação do solo e produção socioespacial. Sob a mentoria de organismos internacionais influentes como a ONU, as nações se mobilizaram para o enfrentamento de problemas como a informalidade urbana e seus efeitos nocivos ao desenvolvimento humano, unindo-se em prol da causa da sustentabilidade global visando a preservação da vida humana e do ambiente natural em si. Angola, um país com grande potencial de desenvolvimento, não se furou à corrida, aderindo à pauta como forma de estimular o próprio desenvolvimento urbano sustentável, que é o foco desse trabalho. Sob os ditames da pesquisa qualitativa, conformada à revisão integrativa de literatura, com recurso à pesquisa bibliográfica e à documental, o presente trabalho estudou e caracterizou a conformação socioespacial de Angola e, valendo-se dos conceitos de planejamento urbano, desenvolvimento urbano e desenvolvimento urbano sustentável, apontou as deficiências da conjuntura urbana do país. Estabeleceu-se, enfim, como certa a existência de uma lacuna considerável entre a condição urbana do país e as metas almejadas de desenvolvimento urbano, indicando-se em resposta, de forma introdutória, vias possíveis para a concretização de uma racionalidade urbana conformada ao desenvolvimento urbano sustentável, conforme postulado pelo principal instituto internacional vigente sobre o assunto – a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: desenvolvimento urbano sustentável; Angola; Agenda 2030; ODS.

ABSTRACT

Amid the urban explosion of the late 19th century and the resulting socioeconomic and spatial transformations, urbanism gained a prominent position in global discussions. This period heightened concerns regarding land use and socio-spatial production. Under the guidance of influential international organizations such as the United Nations, nations mobilized to address challenges such as urban informality and its detrimental effects on human development, uniting in pursuit of global sustainability to safeguard both human life and the natural environment. Angola, a country with significant development potential, has embraced this agenda to foster sustainable urban development, which constitutes the central focus of this study. Through a qualitative research approach, grounded in an integrative literature review supported by bibliographic and documentary analysis, this study examines and characterizes Angola's socio-spatial configuration. Employing key concepts of urban planning, urban development, and sustainable urban development, it identifies critical deficiencies in the country's urban framework. The findings reveal a substantial gap between Angola's current urban conditions and the aspirational goals of sustainable urban development. In response, this research offers introductory pathways to align Angola's urban reality with the principles of sustainable urban development, as outlined by the leading global framework on the subject—the 2030 Agenda and its Sustainable Development Goals.

Keywords: sustainable urban development; Angola; 2030 Agenda; SDGs.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista dos 10 artigos selecionados para o embasamento teórico do trabalho.....	18
Quadro 2 - Ações da ONU na construção do conceito de desenvolvimento sustentável e formação da agenda sustentável global	24
Quadro 3 - cimeiras da ONU sobre o desenvolvimento urbano sustentável.....	26
Quadro 4 - Problemas da conjuntura urbana de angola - empecilhos ao desenvolvimento urbano sustentável	30
Quadro 5 - Instrumentos de planeamento [urbano] adotados nacionalmente e no contexto de Luanda durante o período de 2000 a 2015	34
Quadro 6 - Direcionamentos a políticas públicas inspiradas nas metas do ODS 11 para Angola	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRA 2010	Constituição da República de Angola (2010)
ECO-92	II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
Habitat I	I Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos
Habitat II	II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos
Habitat III	III Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos
INE	Instituto Nacional de Estatística
LOTU	Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
RNV	Relatório Nacional Voluntário

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Problema da pesquisa	14
1.2	Objetivos.....	14
1.3	Justificativa e motivação	15
2	METODOLOGIA.....	17
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
3.1	O processo histórico de Angola e os antecedentes da sua estrutura urbana	20
3.2	Urbanismo ou planejamento urbano?	21
3.3	Desenvolvimento ou Desenvolvimento sustentável?	22
3.4	Desenvolvimento urbano sustentável	25
3.5	Problemas da conjuntura socioespacial de Angola: entraves ao desenvolvimento urbano sustentável	27
4	RESULTADOS E ENQUADRAMENTO	31
4.1	A participação social como elemento fundante do desenvolvimento urbano sustentável 31	
4.2	As ações do governo angolano em prol do desenvolvimento urbano, a centralização em Luanda e o insucesso destas políticas.....	33
4.3	Os ODS e os caminhos para o desenvolvimento urbano sustentável em Angola	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Desde os finais do século 19, o mundo enfrenta um processo de contínua urbanização, causado primordialmente pela reforma produtiva trazida pela Revolução Industrial. Como resultado, registrou-se o considerável êxodo populacional das regiões rurais aos centros industriais, dando início aos assentamentos urbanos. Em meio a essas mudanças é que se contemplam os problemas da organização e conformação do espaço urbano, que propiciou a formação de áreas de estudo como o urbanismo.

Apesar dos avanços já registrados na relação à área, os problemas relativos ao planejamento urbano persistem nas várias latitudes do planeta. Considere-se, por exemplo, que mesmo diante da explosão urbana verificada nas últimas décadas, ainda está por se testemunhar as maiores taxas de crescimento urbano, com projeções de se atingir até 20230, uma proporção de 60% de população urbana à nível do Globo (SILVEIRA, 2017).

Assim, diante da atual conjuntura global, constitui ponto de atenção e preocupação para todas as nações as questões relativas ao crescimento urbano, haja vistas que, assim como a racionalidade que conduziu às massivas movimentações da população do meio rural para o urbano se capilarizou por todo o mundo, transformando o processo de urbanização numa realidade internacional, os ônus desse processo também serão partilhados internacionalmente.

Angola é, portanto, um dos entes membros dessa força internacional que precisa se atentar às dinâmicas do urbanismo, propondo soluções internas para os problemas aludidos. Classificada como país em vias de desenvolvimento, Angola possui uma redobrada responsabilidade em relação à necessidade de promoção de políticas públicas de urbanismo, a fim de que esse crescimento inevitável se dê de forma de planejada e convergente com anseios e estratégias de desenvolvimento do país, pois que o rápido crescimento urbano se verifica principalmente nos países subdesenvolvidos (LUIEKAKIO, 2014).

Estabelecidas essas premissas, o presente trabalho centra-se no estudo da realidade urbana de Angola, buscando compreender a sua configuração e efeitos na realidade social, identificando problemas que constituem entraves ao desenvolvimento do país, além de apontar para possibilidades de ações a serem promovidas em favor da promoção do desenvolvimento sustentável.

Angola é um país da África Austral, de superfície considerável (1.246.700 km²) e com população projetada para os 35,2 milhões de habitantes ao final de 2024 (INE, 2024). Com uma área urbana localizada principalmente em Luanda – fruto de eventos das últimas décadas como a guerra civil, que forçou o êxodo rural à capital do país, ou o processo de centralização das

alavancas económicas de desenvolvimento em Luanda –, Angola possui uma conjuntura urbana caracterizada pela informalidade, com uma considerável massa populacional habitando em zonas de risco e sem acesso aos serviços básicos necessários, o que condiciona a qualidade.

Luanda, a menor província do país em termos de superfície e a mais habitada é a mais expressiva representante dessa realidade, albergando o maior contingente populacional vivendo em zonas de urbanização informal e de risco, fruto do seu rápido processo de urbanização desde os finais do século 20, caracterizado por uma desmesurada desordem na ocupação do solo.

Tais questões tornam imperiosa a investigação científica da conjuntura urbana angolana, e impõem a necessidade da adoção de medidas de enfrentamento com certa urgência. Isso sugere, conseqüentemente, a necessidade de estudos na área, em favor da criação e implementação de ações para dar resposta às deficiências verificadas a fim de propiciar o aumento da qualidade de vida da população, agora, idealmente sob o olhar do desenvolvimento não somente urbano, mas também sustentável.

Este é, portanto, um estudo de considerável importância no universo das questões de interesse do Estado angolano, da sua Administração Pública, bem como da população em geral, dado que traça uma caracterização da realidade urbana do país, identifica suas deficiências e seus efeitos na realidade socioespacial e aponta propostas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Noutras palavras, é certamente um instrumento que oferece bases para o desenho e implementação de ações por parte dos atores do setor público angolano, no sentido de solucionar os problemas da urbanização nacional, sendo um contributo para a causa do incremento da qualidade de vida da população e busca do bem-estar da sua população.

1.1 Problema da pesquisa

A pesquisa orientou-se pela interrogativa “como se caracteriza a realidade urbana de Angola e quais os caminhos possíveis para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável no país?”

1.2 Objetivos

- **Geral:** Compreender a realidade urbana de Angola e seus contornos na qualidade de vida da população, propondo vias para a efetivação de uma condição urbana sustentável nacional.

- **Específicos:**

- a) Apresentar o processo histórico de construção dos conceitos fundamentais, urbanismo, sustentabilidade e os relacionados, aplicando-os à realidade urbana de Angola;
- b) Caracterizar a realidade urbana de Angola, sob o prisma dos conceitos fundamentais, identificando suas deficiências e necessidades em desfavor da qualidade de vida da população;
- c) Identificar as principais ações do governo angolano no domínio urbanístico, entendendo o seu impacto (êxito ou fracasso) na promoção do desenvolvimento urbano;
- d) Apontar caminhos para a busca do desenvolvimento urbano sustentável no país, atendendo aos ODS da ONU e a outras propostas já postuladas.

1.3 Justificativa e motivação

Como angolano, o amor pelo meu país, inspira em mim o interesse patriótico de contribuir para o desenvolvimento do meu país, usando os meus conhecimentos acumulados no decurso da vida, as habilidades adquiridas e atitudes para esse fim. Há sempre, em cada um de nós, uma disposição nobre em relação à pátria. Essa disposição motivou a produção do trabalho nessa temática. Além do mais, o desenvolvimento urbano é interesse estatal consagrado na Constituição da República (2010), pelo que o estudo de vias para alcançá-lo torna-se num empreendimento patriótico.

Noutro ângulo, é de suma importância tratar desse assunto no contexto científico e acadêmico da Administração Pública, uma vez que ela é o elemento que concretiza ações em prol da melhoria da condição de vida das pessoas, nos mais variados aspetos do interesse público. Portanto, a produção de material científico em Administração Pública para a área do Urbanismo representa um contributo significativo na interdisciplinaridade das duas áreas, ao mesmo tempo que revela traz luzes novamente à necessidade de se olhar para esse domínio do setor público.

Vale ainda ressaltar que, a partir de uma avaliação observadora empírica, concluí que é incomum profissionais da Administração Pública darem palco a essa área, sendo preferida por profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Planejamento Territorial. Especificamente no contexto da Unilab, me faltam lembranças de vezes em que a temática foi assunto de discussão em sala de aula ou de TCC, por exemplo. Assim, há a intenção

de contribuir por um maior foco dos acadêmicos e profissionais administradores públicos, especialmente os da Unilab, na temática dos estudos urbanos.

2 METODOLOGIA

Para a produção deste estudo, adotou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, considerando o interesse em compreender os aspectos subjetivos da realidade urbana de Angola, da qualidade de vida da população e das condições necessárias ao desenvolvimento urbano sustentável.

Quanto aos procedimentos, aderiu-se à pesquisa do tipo revisão integrativa, com alusão à pesquisa bibliográfica, com a busca por estudos anteriores sobre a temática em uma base de dado, há muito validada, para construção da base científica do estudo. Na sequência, recorreu-se à pesquisa documental, com atenção a legislações, planos, relatórios e estatísticas relativos ao assunto, na intenção de suprir as necessidades de referências em material próprio angolano, considerando ser este um estudo voltado ao país. Adicionalmente, deu-se espaço a material acessado diretamente de sítios eletrônicos, entre notícias ligadas ao assunto e/ou páginas web de organizações com bases de dados e informações interessantes à pesquisa, para consolidação do respaldo externo do trabalho.

Para a seleção do material de referência teórica, a pesquisa orientou-se à questão: como se caracteriza a realidade urbana de Angola e quais ações são levadas à cabo em prol de um desenvolvimento urbano sustentável? Assim, foi selecionado o Portal de Periódicos da Capes, base de dados brasileira, para a pesquisa de produções científicas relativas ao tema. A decisão pela escolha da fonte orientou-se, por um lado, pela posição do Brasil como representante lusófono em matéria de produção científica, portanto, referência para uma pesquisa científica acadêmica segura e válida, Por outro lado, pela amplamente experimentada dificuldade de acesso a produções científicas angolanas, sobre Angola e em fontes angolanas.

Os subscritores usados foram “urbanismo”, “desenvolvimento urbano”, “desenvolvimento sustentável”, “políticas públicas” e “Angola”. Para maior especificação dos resultados, usaram-se as seguintes combinações de subscritores: “desenvolvimento urbano” AND “Angola”, “políticas públicas” AND “desenvolvimento urbano”, “políticas públicas” AND “Angola” e “desenvolvimento sustentável” AND “políticas públicas”. Recorreu-se ainda ao uso filtros variados (*acesso*: aberto; *tipo de recurso*: artigo; *idioma*: português; *campo*: título) para pesquisa avançada.

Ao todo, a base apresentou 183 resultados, considerando a pesquisa por subscritores isolados, com combinações de subscritores e com a aplicação dos filtros conforme necessário. Em todas as situações, a pesquisa focou-se na busca de produções voltadas à descrição da realidade urbana de Angola e à alusão a ações conducentes ao desenvolvimento urbano

sustentável, pelo que os achados apensos a outros objetos e foram logo desconsiderados para a pesquisa.

Do total de achados, a maior parte das produções, quando não tangenciavam os conceitos de urbanismo e desenvolvimento urbano para aplicá-los a outros domínios, os usavam em estudos de fenômenos e/ou casos particulares não interessantes à construção desse estudo. Foram, então, selecionados 10 artigos que discutem o tema de forma mais aproximada, considerados capazes de fornecer um referencial adequado à construção do corpo teórico aqui esboçado.

Quadro 1 – Lista dos 10 artigos selecionados para o embasamento teórico do trabalho.

#	Título	Autor(es)	Periódico	Ano
1	Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?	Heloisa Soares de Moura Costa	Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais	2000
2	O desenvolvimento urbano sustentável - uma utopia possível?	Zulma das Graças Lucena Schussel	Desenvolvimento e Meio Ambiente	2004
3	Significados de urbanismo	Clóvis Ultramari	Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP	2009
4	O desafio da sustentabilidade urbana	Daniela Gomes e José Neuro Zambam	Revista Brasileira de Direito (IMED)	2011
5	Direito à cidade: sustentabilidade e desenvolvimento no meio ambiente	Daniel Rubens Cenci e Elenise Felzke Schonardie	Revista de Direito da Cidade	2015
6	Serviços públicos e o desenvolvimento urbano sustentável	Mozart Victor Ramos SC	Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas	2017
7	A sustentabilidade por meio do planejamento urbano	Zenildo Bodnar	Revista Brasileira de Direito	2019
8	Metropolização e planejamento territorial como perspectiva de desenvolvimento em Angola	José Caléia Castro e Paulo Romano Reschilian	Cadernos da Metrópole	2020
9	Desenvolvimento urbano sustentável na agenda internacional	Charles Serra Tabarin	Revista de Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia UFJF	2020
10	As faces do desenvolvimento urbano: origens e principais movimentos urbanísticos	Lina Yule Queiroz Oliveira e Maria Augusta Castilho	Revista do Desenvolvimento Regional	2021

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Aos artigos selecionados na pesquisa direta no Banco de Dados mencionados, foram adicionados 2 outros trabalhos científicos de produção angolana (um artigo e uma Tese de Doutorado), que forma julgados capazes de contribuir para os objetivos desse trabalho. A seguir, foram ainda acrescidos outros documentos subsidiários, dentre os quais duas Cartas Magnas de Angola, dois Relatórios de gestão de Angola, notícias, dados estatísticos do Banco

Mundial, do Instituto Nacional de Estatística de Angola e dados e informações de relatórios e estudos da ONU sobre a temática.

Aquando da composição do corpo do presente estudo, com o uso recorrente aos artigos selecionados, construiu-se a base conceitual sobre o urbanismo, desenvolvimento urbano e desenvolvimento urbano sustentável. Posteriormente, usaram-se tais conceitos como molde para avaliação da realidade urbana de Angola, apontando para os seus problemas, isto é, as insuficiências empíricas constatadas na realidade urbana angolana em relação às disposições conceituais.

Ao final, de volta aos critérios qualitativos estabelecidos pelos conceitos e cingindo-se nos institutos globais vigentes sobre a temática – tidos no trabalho como resultantes de um processo histórico de aperfeiçoamento dos próprios conceitos iniciais – foram introduzidas opções e propostas vias a seguir para a propiciação do desenvolvimento urbano sustentável do país.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No sentido de direcionar de forma lógica e sequencial o conteúdo dessa produção, bem como para garantir a sua maior compreensão, dá-se foco inicial ao processo histórico que configurou a conjuntura socioespacial de Angola e, depois, aos vários conceitos dos termos que são amplamente aludidos durante o desenvolvimento do trabalho, a fim de dar luzes ao leitor e permitir uma leitura fluida, agradável e didática.

3.1 O processo histórico de Angola e os antecedentes da sua estrutura urbana

Angola, oficialmente República de Angola, é um país localizado na África Austral, à leste do Oceano Atlântico, com fronteiras terrestres com quatro outros países do continente e uma superfície que o coloca na sétima posição do ranking continental. Dividido administrativamente em 18 províncias, é um país riquíssimo em cultura, com cerca de mais de 40 línguas faladas (fora o oficial português), e com patrimônio histórico relevante, sendo reconhecido mundialmente pelos seus lugares históricos como a cidade de M'Banza Kongo, capital do antigo reino do Kongo (hoje, da província do Zaire).

O país viveu cerca de cinco longos séculos de colonização portuguesa (com início em 1482), num período de forte influência cultural luso-europeia e exploração sistemática dos recursos naturais do seu território para manutenção da economia da metrópole e fortalecimento da soberania da coroa portuguesa. Sua capital, Luanda, foi fundada em 1576, apesar de só ter alcançado o estatuto de cidade 29 anos mais tarde, em 1605. Nos anos 50 do século 20 deu-se início à formação dos primeiros movimentos políticos nacionais, que se tornaram mais tarde nos movimentos de libertação nacional que conduziram à *Dipanda* – independência nacional – a 11 de novembro de 1975.

Ao final do período, o país não avançou para um processo de resgate da identidade cultural e nacional nem de estruturação econômica e política em favor da propiciação do desenvolvimento social, preferindo marcar o passo no sentido contrário. As divergências políticas relativas à condução do país novo, protagonizadas por dois dos movimentos que forçaram a independência nacional – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) –, mergulharam o país num período de outros 27 anos de guerra civil, em que se testemunhou a assinatura de três Acordos de Paz frustrados, até o consenso alcançado no Memorando de Entendimento do Luena, em 2002, dando fim ao conflito.

Seja no período sob o jugo colonial, seja nos 27 anos de guerra civil, não havia um país formado capaz de estruturar-se nos mais variados aspectos (econômico, político, social e

cultural) a ponto de se tornar senhor do próprio destino, capaz de caminhar pelas próprias pernas rumo a um desenvolvimento de fórmula angolana. Vale lembrar que, do ponto de vista de vidas humanas e infraestrutura, muito foi destruído e perdido ao longo do período.

Só com o advento da paz (2002) é que se começou um processo efetivo de estruturação de uma nova nação, podendo-se, portanto, afirmar, que, em relação à realidade internacional inclusive à de outros países do continente, a reinvenção da Angola que hoje se conhece começou deveras tardiamente.

Castro e Reschilian (2020) defendem que o atual cenário urbano de Angola, caracterizado por dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais desarranjadas, é fruto do histórico nacional marcado pelos séculos de colonialismo, a guerra de libertação (1961-1975) e a guerra civil (1975-2002), já aludidos acima. Durante o período colonial, a realidade urbana era marcada por dinâmicas de planejamento excludente, com a produção de espaços urbanos adequados e ambientes confortáveis para as elites coloniais, em detrimento da população angolana nativa.

Fora tais fatores, citando Rocha (2010), os autores apontam para o “êxodo rural; a intensa migração interna em direção a Luanda; o crescimento polarizado da economia; o modelo de gestão territorial baseado no sistema de poder centralizado de partido único, ideologicamente fundamentado no modelo do socialismo marxista leninista” (*idem*, p. 842), e o tipo de política levada à cabo até os anos 1990, como sendo essenciais para a compreensão das condições do atual cenário socioespacial de Angola.

A guerra civil e a postura política adotada no pós-independência promoveram a conformação urbana atual, com uma nítida precariedade e desequilíbrios espaciais para produzir um desenvolvimento que se limitou ao campo das ideias e originou nada além de instabilidade socioeconômica e incongruências urbanas (*ibid*).

3.2 Urbanismo ou planejamento urbano?

A gênese da ciência urbana se dá nos finais do século 19, em resposta aos desdobramentos da Revolução Industrial, que gerou um êxodo populacional rumo aos centros industriais, num movimento de abandono das rotinas quotidianas e dos modos de produção do contexto rural e limitados aos recursos do seu entorno (ULTRAMARI, 2009). Desse êxodo originou-se uma série de problemas referentes ao uso do solo e organização das dinâmicas sociais nos novos assentamentos – os novos desafios da época – para os quais o urbanismo e o planejamento urbano se apresentaram como resposta (OLIVEIRA e CASTILHO, 2021).

Não é interessante à essa pesquisa aprofundar-se detalhadamente no relato histórico do desenvolvimento dos conceitos de urbanismo e planejamento urbano, nem na explicitação do

campo das relações, divergências e/ou convergências entre os dois. Assim, nos termos de Ultramari (2009), considerar-se-á o planejamento urbano como a ciência multidisciplinar que se ocupa da formulação e planejamento das diretrizes que organizam o uso do solo e as dinâmicas sociais do espaço urbano, tornando-o propício à melhoria da qualidade de vida dos seus residentes. Por seu turno, o urbanismo compreende a concretização do planejamento urbano, no aspecto da intervenção física para formação do espaço, orientada à produção dos elementos constituintes da cidade, conforme definido no plano urbano.

Desta perspectiva, o planejamento urbano envolve mais que a ordenação física do espaço urbano, envolvendo as questões sociais, políticas e econômicas que o configuram e influenciam suas dinâmicas. O urbanismo, contudo, se distancia das dinâmicas socioespaciais relativas ao humano em sociedade, tratando unicamente da produção física do anteriormente proposto pelo planejamento urbano (*idem*).

Para os fins desse trabalho, o interesse recai sobre o planejamento urbano, uma vez que avança para estágios posteriores da evolução das ideias sobre o planejamento à formação de cidades funcionais e favoráveis ao desenvolvimento humano, tais sejam o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento urbano sustentável.

No seu nascedouro, a ciência urbana focava-se na mudança do paradigma dos assentamentos humanos, do contexto rural para o urbano. A evolução da área, porém, recalibrou o foco para uma luta não mais entre o rural e o urbano, mas, agora, entre o urbano de dinâmicas nocivas para o urbano favorável ao desenvolvimento humano (*ibid*).

Desta compreensão, considerando a difusão das ideias do urbanismo e a claramente percebida configuração das cidades à nível global sob o modelo do urbanismo moderno – o que expressa a internacionalização de uma racionalidade interessada na produção de cidades capazes de garantir o incremento da qualidade de vida das pessoas –, assume-se que o desenvolvimento urbano é ponto de atenção dos vários países e questão de interesse global.

Assim, torna-se, então, essencial a introdução do conceito de desenvolvimento urbano o qual, como dito anteriormente, representa parte fundamental dessa pesquisa e implica no desenvolvimento dos conceitos aqui estudados.

3.3 Desenvolvimento ou Desenvolvimento sustentável?

O adjetivo “sustentável” é claramente posterior ao conceito de desenvolvimento na estrutura formativa do substantivo composto “desenvolvimento sustentável”. Imediatamente se lança vistas ao fato de se tratar da adjetivação do substantivo *desenvolvimento*, que, deixando de ser neutro, passa a ser *sustentável*. Apesar de aparentemente simplista, a mudança em

questão, revela-se, na verdade, uma evolução conceitual, o aperfeiçoamento de uma ideia que passa a englobar uma dimensão anteriormente inexplorada, despercebida.

Tabarin (2020), citando Duarte (2015), defende que o arcabouço do conceito de desenvolvimento se formou a partir de duas correntes teóricas principais. A primeira entendendo o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, definindo-o como o processo contínuo e efetivo de crescimento da riqueza na sociedade, como fruto do acúmulo de capital e progresso no conhecimento e tecnologias de produção, conduzindo ao incremento da qualidade de vida das pessoas. A outra, mais realista, não o entende como necessariamente decorrente do crescimento econômico, antes, como o conjunto das mudanças positivas na qualidade de vida das pessoas, nas instituições e nas formas de produção, enfim, na sociedade.

Isto posto, considerando a maior abrangência da ideia da segunda corrente bem como a relação por ela estabelecida entre as duas variáveis determinantes, em que uma deve necessariamente acontecer como decorrência da outra para que se conclua haver desenvolvimento, assume-se o significado do termo como a combinação do crescimento econômico – acréscimo da riqueza e elevação dos indicadores econômicos – com as mudanças qualitativas positivas no padrão de vida das pessoas, o que se traduz em incrementos na educação, saúde, habitação, segurança etc (*idem*).

O elemento qualificatório “sustentável” do desenvolvimento foi acrescentado mais tarde, com a conscientização da necessidade de preservação do ambiente diante dos riscos percebidos (SCHUSSEL, 2004). O pensamento surge como resultado da onda do movimento ambientalista internacional, que se deu na década de 60 do século 20 nos Estados Unidos da América, ultrapassando as fronteiras da Europa, Ásia, América Latina e África nas décadas seguintes. Em seu embrião, o movimento era composto por um pequeno grupo de pessoas preocupadas com o meio ambiente, passando a ganhar corpo mundialmente até se tornar no movimento idealista global que se vê hoje (GOMES e ZAMBAM, 2011).

Em resposta à preocupação generalizada da época com a questão ambiental, a ONU realiza em 1972 a Conferência sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, criando uma Declaração de 19 princípios voltados à conscientização global sobre a necessidade de preservação do meio ambiente. O documento tornou-se na gênese da agenda ambiental da ONU, dando bases para todos os institutos legais sobre o ambiente na atualidade (TABARIN, 2020).

Na sequência, é lançado em 1987 o Relatório “Brundtland”, oficialmente conhecido como “*Our Common Future*” (*Nosso Futuro Comum*, em português), de autoria da Comissão

Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, na perspectiva de estudar os impactos ambientais da atividade humana em prol do desenvolvimento social.

Este novo instrumento, entre outras questões, teve força suficiente para impor uma nova visão nas relações entre os conceitos de “desenvolvimento” e de “proteção ambiental”, inconciliáveis à época, difundindo o conceito de “desenvolvimento sustentável” como sendo aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

Sob o olhar de que o desenvolvimento [econômico] não se podia concretizar a não ser pela destruição do meio ambiente, e este último como sendo incapaz de se preservar num contexto de busca contínua por desenvolvimento econômico, os dois conceitos passam a ser harmonizados pela inédita ideia do “desenvolvimento sustentável”.

Na mesma senda, em 1992 realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro, Brasil, voltada à elaboração de medidas para o combate à degradação ambiental. Nessa conferência adotou-se a Agenda 21, pela qual se consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável (TABARIN, 2020).

Em 2015 realiza-se, em Nova Iorque, a mais recente conferência da ONU voltada ao tema, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. Nela foi definida a Agenda 2030 da ONU, abarcando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 17), vigentes na atualidade. Hoje, os ODS orientam as políticas e ações em prol do desenvolvimento sustentável à nível global.

Quadro 2 - Ações da ONU na construção do conceito de desenvolvimento sustentável e formação da agenda sustentável global

Evento/Ação	Local	Ano/Período	Tema focal	Documento final
Conferência sobre Meio Ambiente	Estocolmo, Suécia	1972	Preservação ambiental	Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano
Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento		1983-1987	Desenvolvimento sustentável	Relatório Brundtland "Our Common Future"
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92)	Rio de Janeiro, Brasil	1992	Combate à degradação ambiental	Agenda 21
Cúpula de Desenvolvimento Sustentável	Nova Iorque, EUA	2015	Desenvolvimento sustentável	Agenda 2030 e ODS

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Importa ressaltar que as ações apresentadas no quadro não constituem a totalidade das ações de organismos internacionais, nem a totalidade das ações da ONU, sobre a causa, tendo sido elencadas estas por se conceberem as centrais no processo de construção do conceito e da postura global sobre o desenvolvimento sustentável.

Pode-se, agora, cunhar um conceito de desenvolvimento sustentável, numa perspectiva resumida, como aquele que incrementa a qualidade de vida das pessoas na sequência das intervenções no ambiente natural orientadas ao crescimento (CENCI e SCHONARDIE, 2015). Ele dá-se quando o crescimento econômico e incremento da qualidade de vida das pessoas são alcançados com a preservação do meio ambiente. Consiste no conjunto integrado de indicadores que compreendem o aumento da riqueza da sociedade e dos indicadores econômicos, resultantes do progresso do conhecimento e das tecnologias de produção, propiciando a elevação da qualidade de vida das pessoas e mantendo preservado o meio ambiente natural.

3.4 Desenvolvimento urbano sustentável

Vencida a batalha histórica e conceitual sobre o desenvolvimento sustentável, pelo menos até a atualidade, fica pendente a discussão sobre o conceito central desse trabalho – o de desenvolvimento urbano sustentável. Importa considerar que já foi dado o passo maior na construção desse conceito aquando da construção do conceito de desenvolvimento sustentável, sendo necessário apenas, apresentar o seu contexto histórico em que se deu.

Desde as últimas décadas do século 20 que se tem verificado uma explosão do crescimento das populações nas cidades, motivado, entre outras razões, pela busca de melhores condições na vida urbana. A população urbana global superou a rural em 2007, ocasionando e/ou revelando problemas anteriormente não percebidos como a urbanização desordenada. De igual modo, após se tornarem assunto de discussão internacional, agora em resposta aos novos desafios enfrentados pelos sistemas urbanos à nível global, a ONU promove uma série de cimeiras internacionais para discutir o problema do urbanismo e dos assentamentos humanos.

A primeira foi a Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat I), realizada em Vancouver, Canadá, em 1976. Os Estados-membros se mostram engajados na busca de soluções para o problema, produz-se a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos apresentando 19 diretrizes de ação, mas sem foco na questão ambiental, restringindo-se à busca de uma distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento econômico (TABARIN, 2020).

Na segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul, Turquia, em 1996, o foco é voltado puramente ao urbano-ambiental,

com a consagração da busca por assentamentos humanos sustentáveis como objetivo principal. Nessa edição, além de se introduzir a ideia da descentralização das ações (governança participativa), como via para promoção efetiva do desenvolvimento urbano sustentável, estabelece-se, conforme Tabarin (2020), a ideia segundo a qual “a sustentabilidade do planeta passava necessariamente pela sustentabilidade das suas cidades”, estabelecendo que o caminho para o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento urbano sustentável.

Mais recentemente, em 2016, realizou-se a Habitat III, denominada Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, em Quito, Equador, agregando a dimensão da moradia à discussão. Com foco ainda na sustentabilidade urbana, elaborou-se a “Declaração de Quito Sobre Cidades Sustentáveis e Assentamentos Urbanos para Todos”, na qual se defende, entre outras questões, a igualdade de oportunidades para todos, o fim da discriminação e o respeito pleno aos direitos dos refugiados e migrantes.

Quadro 3 - cimeiras da ONU sobre o desenvolvimento urbano sustentável

Evento/Ação	Local	Ano/Período	Tema focal	Documento final
I Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat I)	Vancouver, Canadá	1976	Distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento urbano	Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos
II Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II)	Istambul, Turquia	1996	Promoção de assentamentos humanos sustentáveis	Agenda Habitat
Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)	Quito, Equador	2016	Promoção de cidade inclusivas e sustentáveis conforme os ODS (ODS 11)	"Nova Agenda Urbana"

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Após as conferências Habitat da ONU e a continuação das discussões sobre o assunto à nível internacional, a proposição dos ODS considerou a busca da sustentabilidade para o aspecto do urbanismo assim como nas restantes áreas do desenvolvimento humano, tendo sido consagrado o objetivo 11, para essa temática específica.

Estabelece-se, então, que o desenvolvimento urbano sustentável compreende as formas de organização e gestão das cidades focadas no uso racional dos recursos para a promoção do padrão de vida das populações atuais, preservando-os igualmente para as futuras. Consiste na convergência do modelo de planeamento e gestão de cidades voltado ao incremento da qualidade de vida da população [atual], acrescentando o prisma da preservação da mesma cidade, ambiente e recursos para a mesma finalidade, mas em relação à população futura.

3.5 Problemas da conjuntura socioespacial de Angola: entraves ao desenvolvimento urbano sustentável

Como aludido no subtema 3.1, apesar do enorme impacto da guerra civil na formação socioespacial histórica do país, outros fatores contribuíram para a configuração urbana da Angola de hoje, sejam eles, “o crescimento econômico verificado no período de 2002-2014, as desigualdades socioespaciais, a intensa urbanização de Luanda e a reconstrução nacional iniciada após os acordos de paz em abril de 2002” (CASTRO e RESCHILIAN, 2020, p. 847).

Estes elementos compõem o cenário urbano nacional da atualidade, no qual ocorrem todas as dinâmicas urbanas, quer sejam voltadas à promoção do desenvolvimento de fato, quer sejam inexpressivas nesse aspecto. No discorrer do seu trabalho sobre Metropolização como estratégia para o desenvolvimento urbano em Angola, Castro e Reschilan (2020) apontam para alguns elementos característicos do contexto socioespacial e do processo de gestão urbana de Angola, que constituem entraves ao desenvolvimento urbano sustentável, os quais podem ser avaliados mais detalhadamente:

O país passou de 5,6 milhões de habitantes em 1970 para cerca de 26 milhões em 2014, (INE, 2014), dos quais, cerca de 7 milhões residiam em Luanda. Das estatísticas do mesmo ano, 63% era a população urbana nacional em 2016 e 2,5% era a população rural em Luanda. Estes dados apontam para o fato de a população angolana ser predominantemente urbana, com reforço à *luandense*, até os dias de hoje, considerando que as projeções indicavam um contínuo crescimento dessa categoria no decorrer dos anos subsequentes (*idem*).

Paralelamente a isso, os dados expostos asseveram a já enunciada explosão populacional e urbana de Luanda, que vem se verificando desde os finais do século 20 e início do 21, decorrente, em muito, do caráter centralizador de Luanda em relação a todas as alavancas de desenvolvimento do país, o que constitui um problema sério para a proposta de desenvolvimento urbano sustentável aqui defendida.

Existe de forma institucionalizada por parte do Governo, uma postura que privilegia a exposição de Luanda nos cenários internacionais como a perfeita e bela representação do país, em detrimento das demais províncias, colocando em xeque as reais motivações por trás da proposição dos planos de desenvolvimento adotados, bem como o elevado quantitativo destes destinados exclusivamente a Luanda (*ibid*). Esse fato conduz a uma necessária consideração de Luanda como ponto focal de avaliação da efetividade e sucesso (ou não) destas ações.

Outro problema nítido da realidade socioespacial de Angola, e que compromete o avanço para o desenvolvimento sustentável, reside na postura de atuação dos titulares do Poder

Executivo no nível provincial, os governadores – que são, cumulativamente, os primeiros secretários de seus partidos nas províncias que governam –, cujo exercício governativo foca, prioritariamente, na concretização dos seus interesses político-partidários, em detrimento dos anseios do povo (*ibid*).

Além de representar um desvio de função quanto ao exercício da Administração Pública, à medida que os representantes são eleitos tendo como objetivo a promoção do interesse público no exercício das suas funções constitucionais (Art. 198º, § 1, CRA, 2010), essa racionalidade também representa uma espécie de “traição” ao povo, porquanto expressa o abandono da agenda de governo amplamente difundida em campanha eleitoral, afinal, tem-se por certo que nenhum político se elege prometendo usar a posição e a máquina pública para favorecer a si mesmo ou a seu partido. Tipifica a, comumente conhecida na área do Marketing, “*propaganda enganosa*” que representa o completo descompromisso com a população e a causa nacional – um vício político há muito consolidado no país.

Importa ainda citar que o problema das representações é uma realidade transversal às dinâmicas políticas e administrativas do país, não se restringindo aos governos provinciais. Geralmente, as posições públicas de autoridade, alcançadas via eleição ou indicação, são confundidas (até intencionalmente) com as partidárias, tornando os indivíduos – na visão de uma população caracterizada por ser pouco instruída – em benfeitores do partido que atuam através do poder público, prestando favores à população na implementação das políticas públicas.

Associado ao anterior, há ainda um terceiro empecilho ao desenvolvimento urbano em Angola a ser aqui discutido, caracterizado pela elevada interferência do governo nas dinâmicas da vida social, e particularmente, no aspecto da produção do espaço no contexto urbano (CASTRO e RESCHILAN, 2020).

À semelhança do que acontece no Brasil com a institucionalização e presença atuante do Estatuto da Cidade nas dinâmicas urbanas, por exemplo, seria ótimo se essa intervenção do governo em Angola se desse no sentido de propiciar a criação de instrumentos semelhantes, para promoção da participação popular nas definições da agenda de gestão urbana.

A intervenção pode e deve existir no sentido de coordenar a concepção e gestão da política urbana, visando o desenvolvimento urbano sustentável, não na interferência direta sobre as ações de uso do solo e produção do espaço urbano. Em outras palavras, aludindo aos conceitos de urbanismo e de planejamento urbano apresentados, a intervenção estatal é bem-vinda aquando da coordenação do ente coletivo que planeja a política urbana e não no

urbanismo em si, pelo menos, não quando não se tratar da produção de espaços de cunho e domínio estatal.

Outro problema identificado, inclusive, decorrente do anterior, consiste no uso de um modelo de desenvolvimento urbano verticalizado, de cima para baixo, que ignora os cidadãos sendo, portanto, propensas ao fracasso (*idem*, p. 249).

Esse modelo de atuação é característico do governo angolano, perpassando todos os pontos-alvo da ação gestora do Estado. A economia, a política, a cultura e a dinâmicas sociais acontecem sob o ritmo de uma ação pensada dentro de uma sala de burocratas que arrogam conhecer as necessidades e aspirações do povo melhor que o próprio povo.

Vale ainda citar, para ilustração, que as reações típicas do governo angolano às manifestações de expressão do cidadão são geralmente ignoradas, quando não reprimidas à força (LUSA, 2023a). Durante as manifestações populares de 2022 em protesto aos resultados das eleições daquele ano, “a polícia reprimiu um protesto com gás lacrimogêneo e armas de fogo” (SILVA, 2022). Foram amplamente vistos efetivos do exército nacional acompanhados de equipamento nas ruas de Luanda como estratégia para “frear” o “ímpeto” de uma população “desordeira”. Cidadãos foram, inclusive, mortos (LUSA, 2023a) em pleno exercício de um direito consagrado na Constituição no Art. 47º, § 1 (CRA, 2010), e sustentado pelo Art. 200º, § 1 (*idem*).

Após os anos de fartura (2002-2013), em que o petróleo e diamante, elementos centrais da composição econômica nacional, estavam em alta nos mercados internacionais, o país entrou num período de crise profunda. Esse fato revela a incapacidade do governo de promover mudanças estruturais significativas capazes de enquadrar o país nas dinâmicas de desenvolvimento da atualidade internacional (CASTRO e RESCHILAN, 2020).

Verifica-se no país um completo atraso em relação ao desenvolvimento de variados aspectos da vida urbana – habitação, saúde, economia, educação, tecnologia etc. – ao contrário do que se vê nas sociedades de referência à nível global. A exploração do petróleo e diamantes continua sendo a base da matriz econômica do país, os alegados esforços em prol da mitigação da pobreza têm sido inexpressivos (40,6% no segundo semestre de 2024) (INE, 2024); pensar em energia verde é uma utopia, o país desconhece a expressão, quanto mais seu conceito.

A partir da crise iniciada em 2014, o país intensificou as relações com a China, no domínio da cooperação financeira e econômica, configurando um sistema de trocas, nas palavras dos autores, “permeadas por obscuridade e desequilíbrio no protagonismo das relações” (*ibid*, p. 850). No desenvolvimento dessas relações, Angola não pôde firmar sua soberania nas dinâmicas das trocas, tendo sempre sua integridade socioespacial e econômica

violada, apesar de ser a detentora dos recursos explorados, configurando-se nisso outro entrave ao desenvolvimento (*ibid*).

Os autores ainda advogam que essas dinâmicas afetam diretamente a conformação do espaço urbano nacional, à medida que indivíduos com considerável projeção nacional, essencialmente membros da elite política navegam sob essas relações para explorar o próprio território, alimentando uma postura, há muito difundida, de acumulação de capital que nunca fica no país para promoção do seu desenvolvimento (*ibid*).

Males como esse, revelam e estimulam factos como o de até a atualidade, não se verificar uma racionalidade de real responsabilização e “confiança” atribuída ao próprio angolano, para transformação do contexto socioespacial e promoção do desenvolvimento urbano sustentável do país. Continua sendo reproduzida uma mentalidade nociva ao espírito patriota, segundo a qual o estrangeiro é mais civilizado que o nacional.

Por fim, para esse trabalho (não a conclusão dos problemas ao desenvolvimento urbano no contexto angolano), aponta-se para o empecilho do paternalismo do Estado em relação a uma pequena elite política e corporativa, composta por um grupo seletivo de membros do alto escalão do funcionalismo público, muitos dos quais sendo igualmente os proprietários das grandes corporações que atuam no país (*ibid*, *apud*, ROCHA, 2015).

Produz-se, então, uma racionalidade de uso da máquina pública para favorecimento de indivíduos selecionados, tidos como “especiais” por alguma razão não objetiva inexplicada, aos quais se direcionam privilégios custeados pelo erário público, sem qualquer prestação de contas ou responsabilização posterior. Nada mais grave e impeditivo a um desenvolvimento efetivo.

Quadro 4 - Problemas da conjuntura urbana de Angola - empecilhos ao desenvolvimento urbano sustentável

Entrave	Área(s) afetada(s)	Orientações à mudança
A intensa urbanização de Luanda e o seu desequilíbrio populacional em relação ao resto do país	Urbanização: condicionamentos do acesso à habitação, mobilidade e serviços básicos	Distribuição dos focos de desenvolvimento pelo país; políticas de atração populacional para outras províncias
A postura governativa inclinada ao partidarismo em detrimento dos interesses da população	Identidade política: redução da confiança e senso de representação política	Atuação administrativa focada na observância estrita da respectiva legislação
O modelo de governo sobremaneira interventor	Liberdades individuais: redução da autonomia do indivíduo	Expansão das liberdades individuais e promoção da iniciativa cidadã
O modelo de gestão urbana <i>up-to-down</i>	Participação social: limitação da participação social na gestão dos assuntos de interesse público;	Fomento à participação social nos processos de gestão próprios; governança compartilhada

A incapacidade do governo de promover mudanças estruturais	Economia; Saúde; Educação; Segurança etc.; multidimensional	Adoção de novos paradigmas e modelos de seleção e gestão de políticas governativas
Relações bilaterais danosas à preservação dos recursos internos e da soberania nacional	Soberania nacional e autonomia sobre os recursos da próprios	Recuperação da autonomia sobre a gestão dos recursos próprios e limitação da intervenção externa
O paternalismo nas relações Estado-privado	Distribuição da riqueza; desequilíbrio nas relações	Atuação administrativa focada na observância estrita da respectiva legislação

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Sumariamente, os problemas da conjuntura urbana de Angola são generalizados, de forma tal que impossibilitam vislumbrar o desenvolvimento sustentável como um alvo próximo a ser atingido. Francamente, a realidade manifesta que o próprio desenvolvimento econômico, mesmo que despidido do critério da sustentabilidade, ainda seria um desafio que aguarda superação em vários anos para os angolanos.

4 RESULTADOS E ENQUADRAMENTO

4.1 A participação social como elemento fundante do desenvolvimento urbano sustentável

Entre os objetivos da Agenda 21, figurava a participação local e global, isto é, o contributo ativo dos Governos, empresas e sociedade civil, no processo de integração entre o desenvolvimento e a proteção ambiental (ONU, 1992). Neste ponto percebe-se a justaposição entre a promoção do desenvolvimento sustentável e a participação de todos os entes presentes no cenário urbano – particularmente dos cidadãos –, sendo a efetivação do primeiro intimamente dependente deste último. Pode-se, portanto, afirmar com segurança que a participação cidadã é elemento estruturante para a promoção do desenvolvimento sustentável (e do desenvolvimento, em termos gerais).

Mais adiante, nos ODS, a ideia da participação social nas questões de interesse público como elemento indispensável à promoção de um desenvolvimento sustentável efetivo é reiterada. O termo “participação” aparece 11 vezes no texto da Agenda 2030, se referindo ao contributo de agentes variados, com foco nas comunidades locais.

Ainda assim, não se trata de uma descoberta da ONU aquando da definição da Agenda 21 ou da 2030 com dos ODS, uma vez que é amplamente consagrada a participação da sociedade civil como necessária ao êxito de qualquer política pública, partindo do pressuposto

de que só o cidadão conhece a própria necessidade, pode caracterizá-la e entender adequada e especificamente o que precisa para a satisfação dela.

Na mesma perspectiva, os vários autores estudados apresentam o fator “participação cidadã” como fundamental à promoção do desenvolvimento sustentável, concordando com os achados nas produções da ONU acima aludidos. Ultramari (2009) advoga que a diversidade das características pessoais e a pluralidade das ideias que se verificam no espaço urbano são uma vantagem, um recurso a ser aproveitado e sem o qual não há real desenvolvimento urbano. O autor enaltece a democratização da execução da política urbana, convocando os gestores públicos a uma postura administrativa de responsabilização e integração dos cidadãos nos processos decisórios públicos se, de fato, se almeja o alcance do desenvolvimento sustentável, porquanto “uma cidade sustentável é uma sociedade democrática” (GOMES e ZAMBAM, 2011, p. 46).

Bodnar e co-autores (2019) defendem que o êxito de quaisquer ações orientadas à conquista do desenvolvimento sustentável devem ter por imprescindível a legitimidade social, fazendo nova alusão à necessidade de participação social nos processos decisórios das questões de interesse público, bem como da publicização e prestação de contas a respeito da aplicação dos recursos públicos para a implementação das políticas.

Desta feita, estabelece-se que o diálogo entre os entes participantes afetos às ações levadas à cabo para produção de transformações no contexto da cidade é uma obrigação e deveria ser uma obviedade. A democratização do processo de concepção, planejamento e até implementação de ações transformadoras da cidade é o que garante a capilaridade dos esforços, acelerando a efetivação da sustentabilidade urbana, porquanto é no decorrer desse processo que ela se forma e consolida (*idem*).

Enfim, encarar o indivíduo como o maior e melhor promotor de mudanças significativas em sua realidade social é uma necessidade urgente, considerando que a própria realidade empírica age forçosamente nessa direção. Não se alude a uma atuação individualista, mas a uma consciencialização da responsabilidade individual para a promoção de mudanças efetivas profundas na realidade urbana, sob o bojo da coletividade responsável (GOMES e ZAMBAM, 2011). Nesse sentido é essencial os planejamentos urbanos adotados sob a perspectiva de se alcançar o desenvolvimento urbano sustentável, precisam contemplar a dimensão da participação ativa e contínua do indivíduo, cidadão, como fundamental no processo de gestão urbana.

Isto posto, conclui-se ser oportuno o uso de experiências como o Estatuto da Cidade amplamente usado no Brasil como inspiração ao desenho de modelos de gestão urbana que

integrem e fomentem sistematicamente a participação do cidadão, como via para o desenvolvimento urbano sustentável de Angola.

4.2 As ações do governo angolano em prol do desenvolvimento urbano, a centralização em Luanda e o insucesso destas políticas

A realidade urbana de Angola é caracterizada pelo crescimento desordenado e pela informalidade no uso do solo e produção de espaço. Tais factos são explicados parcialmente, pelo longo período de ocupação colonial, em que se criaram e implementaram políticas urbanas segregacionistas (CASTRO e ROSCHELIAN, 2020), por um lado, e pelas quase três décadas de guerra civil enfrentadas, no outro. Associado a estes, existe difundida uma tese que domina as academias, os discursos políticos e até o senso comum nos países subdesenvolvidos, particularmente os africanos, segundo a qual a falta de planeamento urbano, explica e justifica a conformação desequilibrada e precária dos seus centros urbanos (*ibid*).

Para o caso de Angola, essa crença não se sustenta, uma vez que apoia-se numa suposta inexistência de planeamentos urbanos elaborados, contrariando a realidade histórica que apresenta uma vasta produção de instrumentos de planeamento e organização urbana do país, porém, sem sucesso. A província centro do desenvolvimento nacional, Luanda, testemunhou uma série de tentativas de planeamento urbano, a começar do próprio período colonial, que apesar de terem impactado de alguma forma na conformação socioespacial da capital, não tiveram eficácia na promoção de um espaço urbano favorável ao desenvolvimento humano, haja vistas que os fenômenos da informalidade e precariedade urbana ainda persistem (*ibid*).

Noutro ângulo, está o fato de que, em países subdesenvolvidos, a estrutura do espaço urbano é definida, mais do que somente pela observância restrita a um plano pré-elaborado, por uma série de dinâmicas de produção socioespacial naturais aos próprios modos da sociedade em questão, que fogem às forças determinantes dos planos de urbanização (*ibid*).

Não é foco desse trabalho o estudo aprofundado das ações de planeamento urbano adotadas pelo Governo angolano no decurso da história do país, mas faz-se necessário aludir à existência fática destes, revelando o seu insucesso face à ainda verificada conformação urbana nacional desequilibrada, precária e desigual.

A Assembleia Nacional de Angola promulgou a 25 de junho de 2004 a Lei nº 03/04 – Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LOTU) – que lança as bases da política de urbanismo nacional e disciplina todas as ações levadas a cabo nessa temática. Dentre os seus destaques estão os princípios relativos à distribuição justa e equilibrada dos solos bem como o apelo à proteção ao ambiente.

Na sequência, um quadro das ações de planeamento urbano implementadas desde o ano 2000, à nível nacional e no contexto particular de Luanda – lembrando ser esta a representante do país em questões de avaliação da efetividade de ações de desenvolvimento, tal como aludido anteriormente –, voltadas ao almejado objetivo de desenvolvimento nacional:

Quadro 5 - Instrumentos de planeamento [urbano] adotados nacionalmente e no contexto de Luanda durante o período de 2000 a 2015

Data	Plano	Âmbito de aplicação
2002	Plano Estratégico do Solo e de Reabilitação de Luanda	Capital
2006	Nova Cidade de Luanda	Capital
2007	Diretrizes e estratégias para o Plano de Desenvolvimento 2009/2013, para Luanda e Bengo	Capital
2008/2009	Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Cidade de Luanda	Capital
2008	Projeto de Construção de Um Milhão de Casas até o ano 2012 “Meu Sonho, Minha Casa”	Nacional
2012	Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017	Nacional
2015	Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda	Capital
2017	Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022	Nacional

Fonte: adaptado de Castro e Reschilan (2020).

À parte desses instrumentos de planeamento urbano já adotados, o Estado angolano possui um conjunto de órgãos e entes da Administração Pública Direta, definidos na LOTU, já mencionada, que são constituídos para a promoção continuada da política de urbanismo no país. Alguns destes são a Assembleia Nacional, o titular do Poder Executivo Nacional (Presidente da República) e um conjunto de ministérios – Ministério da Administração do Território, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Ministério da Construção e Ministério do Urbanismo e Habitação – que atuam como órgãos técnicos de toda a política nesse domínio (SOMA, 2018).

Vale citar que, apesar destes esforços, Angola ainda não possui um só órgão da estrutura na Administração Pública voltado ao estudo, formulação e implementação de uma política nacional de desenvolvimento [urbano] sustentável. Os esforços apontados como em aplicação na atualidade são multisetoriais, isto é, programas de diversas temáticas não convergentes ao desenvolvimento sustentável levados à cabo pelos vários órgãos públicos e com pouquíssima ou nenhuma expressão efetiva na realidade social.

Após a implementação dos vários instrumentos de planeamento urbano aludidos, as condições de desenvolvimento urbano de Angola, conforme dados do Banco Mundial (2024), demonstram variações que não são, de todo, satisfatórias. Apesar do crescimento da população urbana do país, de 63,4% a 68,7% (2015-2023), a percentagem dessa população em Luanda ainda é muito desigual em relação ao resto do país (36,9%). Também cresceu a população urbana com acesso a eletricidade, 64% a 76,2% (2015-2022), mas ainda restam mais de 20% sem acesso; 75% da população urbana em 2022 tinha acesso à tecnologias de alimentação segura. Esses números podem expressar o ainda elevado volume de pessoas residindo em regiões de urbanização desordenada.

Apesar da evolução de 56,7 a 61,9 anos (2010-2022), a esperança média de vida à nascença ainda está abaixo da média mundial (72 anos). A taxa de mortalidade em crianças até 5 anos (a cada mil nascimentos) passou de 119,6 a 66,9 mortes (2010-2022), porém também continua muito aquém da média mundial do mesmo ano (37.1 mortes). Ainda em 2022, as probabilidades de morte para adolescentes (15-19 anos) e jovens-adultos (20-24 anos), ambas a cada mil habitante, também não eram das melhores: 11,8 mortes entre adolescentes (contra as 4,5 mortes mundiais) e 17,4 mortes entre os jovens-adultos (contra as 6,1 mortes mundiais).

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) era de 51,1% em 2015, indicando que à altura, a maioria da população angolana ainda enfrentava privações no acesso às áreas essenciais para o desenvolvimento humano, educação, saúde e padrão de vida geral.

Na educação, os investimentos do governo reduziram de 3,4% a 2,3% do PIB entre 2010 e 2023 (Banco Mundial, 2024), conduzindo a manifestações públicas sobre a necessidade do aumento de salas de aula, como a apresentada pelo SINPROF em 2023 (LUSA, 2023b). Dados do Anuário Estatístico da Educação em 2022, de elaboração do Ministério da Educação de Angola, demonstram que as taxas de desistência dos alunos foram de cerca de 10% no Ensino Pré-escolar, 11% no Ensino Primário, 10,1% e 12,1% no Iº e IIº Ciclos do Ensino Secundário, respetivamente. A distribuição professor/alunos à nível nacional atinge os 54, havendo províncias como Huambo, Lunda Sul e Moxico onde essa média supera os 75 alunos por professor; cerca de 18,4 mil professores do Ensino Primário não possuem formação pedagógica.

No Iº Ciclo do Ensino Secundário, a quantidade de escolas privadas compete com a das públicas, atingindo 40,5% e 47,5%, respetivamente à nível nacional, e o número de alunos repetentes atingiu mais de 204 mil no ano em questão. A taxa bruta de escolarização nesse nível atinge somente os 61% da população com 12 a 14 anos de idade. Com apenas 35% dos alunos matriculados no Ensino Secundário/Médio à nível nacional, as instituições privadas oferecem

57% das escolas (807 escolas, 297 a mais que o setor público); mais de 87 mil dos alunos são repetentes, da população de 15 a 12 anos, apenas 31,4% são escolarizadas.

Voltando aos dados do Banco Mundial (2024), na economia, a taxa de inflação tem variado consideravelmente ao longo dos anos, muito por conta da conjuntura econômica dependente, partindo dos -3,2% (2015) para os 38,8% (2021), certamente ainda sob os efeitos econômicos da pandemia da Covid-19, e repousando nos ainda expressivos 17,6% (2023). O poder de compra da população continua sendo corroído com o passar dos anos. Os setores da agricultura, a exploração florestal e pescas representaram 14,9% do PIB de 2023, revelando a ainda baixa participação dessas áreas na constituição da matriz econômica do país.

As exportações variaram de 61,5% - 29,8% - 39,9% do PIB no intervalo 2010-2015-2023, o que se explica pelo período de altas da época de ouro no petróleo no primeiro momento, as baixas já em 2015, e a recuperação parcial das receitas dos últimos tempos. Nas importações as taxas baixaram de 2010 a 2023, 42,6% a 26,7% do PIB, certamente influenciado pelas baixas receitas do meio desse período e pela redução do poder de compra da população.

A amplamente verificada ineficácia das políticas públicas angolanas em favor do desenvolvimento urbano efetivo encontra, em certa medida, explicação no fato de ser depositado nos planos elaborados a responsabilidade de produzir a transformação urbana esperada, com um generalizado desinteresse por outros aspectos das dinâmicas urbanas essenciais à esse desenvolvimento. Questões como a falta de democratização e participação social na gestão da coisa pública associada ao modelo de gestão urbana verticalizado, a centralização, em Luanda de urbanização informal, de todas as iniciativas de desenvolvimento, a interferência do governo nas dinâmicas da vida social e a postura paternalista de um Governo capturado por gigantes internacionais e que falha em promover mudanças estruturais significativas na matriz econômica do país, são geralmente esquecidas na discussão sobre os impedimentos do desenvolvimento urbano de Angola.

Considerando o exposto, qualquer plano de urbanismo elaborado ou adotado, para implementação no contexto nacional está sempre fadado ao fracasso até que se removam as deficiências estruturais fundantes da atual conjuntura socioespacial e governativa do país.

4.3 Os ODS e os caminhos para o desenvolvimento urbano sustentável em Angola

De inspiração nos ODM, após o processo histórico de construção do conceito de sustentabilidade introduzido pelo Relatório Brundtland da ECO-92, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 17) foram lançados pela ONU em 2015, como parte

integrante da Agenda 2030 e constituem a proposta vigente de promoção do desenvolvimento sustentável global.

São um conjunto de 17 objetivos macro, com um total de 169 metas específicas, focados em promover (e alcançar) o desenvolvimento sustentável a nível global, pela ação integrada dos vários entes interessados na causa, num esforço de implementação progressiva em nível nacional pelos vários países membros da ONU (e, especificamente, signatários da Agenda 2030) nas áreas económica, social e ambiental.

O preâmbulo da Agenda 2023 informa que os ODS “são integrados e indivisíveis” (ONU, 2015), revelando que o desenvolvimento sustentável é condicionado à implementação integrada dos 17 objetivos. Nesse trabalho, contudo, sem a pretensão de desintegrá-los, o foco é dado ao conteúdo do ODS 11 – **“Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”** –, que foca justamente no elemento urbano, haja vistas que o recorte temático trabalhado é o desenvolvimento urbano sustentável.

Angola é signatária da Agenda 2030, tendo, portanto, a responsabilidade pela aplicação desses objetivos na agenda de desenvolvimento nacional com esforços para a sua máxima efetivação até 2030 – o que é claramente inatingível considerando-se a conjuntura socioeconómica do país. Os esforços já têm sido somados, sendo confirmados por documentos como o Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2021 sobre a implantação da Agenda 2030 no país, que defende, inclusive, que o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 de Angola, vigente à altura, foi elaborado de formas a alinhar-se aos ODS (Angola, RNV, 2021).

De forma geral, o RNV 2021, admite existirem desafios emergentes na estrutura de Angola que representam empecilhos à implementação dos ODS no país, destacando-se a irradicação da pobreza e das desigualdades socioeconómicas, o equilíbrio da macroeconomia e das contas públicas, a expansão da matriz económica para além da exploração do petróleo e diamantes, a melhoria da qualidade da educação e a implantação de infra-estruturas básicas (Angola, RNV, 2021). Tais desafios, além de estritamente relacionados aos males que os ODS se propõem a vencer, convergem com os entraves à promoção do desenvolvimento urbano sustentável de Angola presentes na conjuntura social, económica e política do país, conforme apresentados no subtema 3.5.

Assim, em prol de uma real e efetiva promoção do desenvolvimento urbano sustentável em Angola, o Governo angolano precisa focar suas ações na mitigação dos problemas estruturantes da atual realidade urbana. Como aludido anteriormente, o mero empenho na produção de planos urbanos não gera mudanças urbanas reais (CASTRO e RESCHILIAN, 2020); é necessário que se quebrem as barreiras da falta de democratização e se propicie a

participação social nas discussões de questões de interesse público; que se vença a postura governativa baseada na centralização hermética e no paternalismo, abrindo espaço para uma gestão participativa, justiça social e efetiva distribuição equitativa da riqueza; que se ultrapasse o paradigma econômico das duas valências isoladas (petróleo e diamantes) e se penetre rapidamente para o *status* de economia diversificada, tornando expressivos na composição da riqueza nacional áreas como serviços, indústria, agricultura e turismo.

A seguir, em relação à reflexão para um planeamento urbano de fato que possa estimular a sustentabilidade para Angola, não se deve virar as costas à informalidade que domina a configuração do seu espaço. É preciso valorizar esse aspecto da realidade na contribuição para construção de um plano de urbanização (ou de uma racionalidade que oriente a construção de planos de urbanização) se se aspira, verdadeiramente, pela promoção de um desenvolvimento urbano cuja entrega venha a ser uma realidade urbana sustentável (*idem*).

Para esse caminho, Angola, já conta, inclusive, com um instrumento legalmente consagrado para esse fim, apesar de estar fora de uso: as autarquias locais. Introduzidas desde a primeira Lei Constitucional de Angola (1992), nos artigos 47º ao 51º, são consagradas na CRA (2010): Título VI, do Poder Local; Capítulo II, das Autarquias Locais; Art. 217º a 222º; após terem sido apresentadas nos artigos 213º a 216º. As autarquias são, à luz do texto constitucional angolano, definidas como:

pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que **asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança**, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações (Art. 217º, CRA, 2010, grifo nosso).

Desse modo, estabelecem-se, então, como o órgão do poder público angolano com maior potencial de expressar nítida e efetivamente os interesses dos cidadãos no exercício da atividade governativa.

Se o início do seu processo de implementação estava previsto para 2020, como defendem Castro e Reschilian (2020), quatro anos depois, sem ignorar os retrocessos impostos pela pandemia da Covid-19 aos Estados à nível global, e considerando a realização de um pleito eleitoral no meio desse período (2022), pode-se afirmar que a discussão em torno das autarquias continua a florada em Angola. Em grande parte, pela ainda prevalente postura governativa centralizadora que domina a maioria dos burocratas responsáveis pelas decisões públicas do país.

Elas estão tão respaldadas na Carta Magna angolana que o seu não funcionamento fático pode surpreender a qualquer um que a leia: são destinatárias de uma parcela do OGE (Art. 104º,

§ 2º); representam um conteúdo de cargo incompatível com o mandato de Deputado (Art. 149º, § 1º, h); possuem autonomia para gestão dos assuntos públicos locais (Art. 214º, § 1º); só para citar alguns exemplos.

As autarquias representam o modelo de gestão administrativa do território que mais se adequa e possibilita a construção de uma dinâmica governativa democrática, justa e equânime, afinal, prioriza a “descentralização e governança compartilhada” (CASTRO e RESCHILIAN, 2020, p. 860). São, para Angola, o modelo capaz de integrar governação e participação social, necessários à interpretação da realidade urbana angolana como ímpar, orientando à adoção de uma racionalidade de planeamento urbano que encare as peculiaridades da conformação espacial do país como “produtos do próprio espaço” (*idem*).

Vale citar que o desenvolvimento, em qualquer prisma de adjetivação, é difícil (senão impossível) de ocorrer sob uma estrutura de governação centralizadora. Quanto mais na proposta da sustentabilidade! A Agenda 2030 propõe isso implicitamente – quando, na relação entre os ODS, assume-se a forma integrada de atuação como exclusiva para o alcance da sustentabilidade – e explicitamente – à medida que, na força da letra, defende de forma generalizada a adoção de um modelo de atuação integrado, com contribuições do Governo, do setor privado e da sociedade civil, como via única para concretização do desenvolvimento sustentável nos contextos nacionais.

Não se pretende estender uma discussão detalhada a respeito das metas específicas do ODS 11. Tendo estabelecido que a criação de uma conjuntura nacional favorável nos aspetos económico, político e social propicia o desenvolvimento urbano sustentável, essas metas podem ser facilmente traduzidas em políticas públicas com expressão significativa no incremento da qualidade de vida dos angolanos. Sem mencionar que, ao longo do processo histórico do país, várias ações do Governo foram levadas à cabo nesses domínios, mas sem o êxito previsto.

Assim, concebe-se que, dos 10 subpontos do ODS 11, os primeiros sete são metas a alcançar com a implementação direta de políticas públicas ao nível interno de país, e os outros três, alíneas a a c, indicariam metas de sentido mais amplo, internacional e colaborativo. Assim, com foco nas primeiras sete metas integradas a um planeamento urbano com fins sustentáveis, para aplicação ao nível local, provincial e nacional em Angola, ter-se-iam, políticas públicas para:

Quadro 6 - Direcionamentos a políticas públicas inspiradas nas metas do ODS 11 para Angola

Direcionamento	Meta de referência
Garantia do acesso habitação segura e acessível ao cidadão	1
Garantia de acesso aos serviços básicos (educação, saúde, segurança, alimentação, lazer);	1
Integração urbana de áreas dominadas pela informalidade e favelização	1
Criação de sistemas de transporte público seguro, acessível e sustentável	2
Integração social das pessoas de maior vulnerabilidade (mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos)	2
Promoção da urbanização sustentável e expansão dessas áreas através da adoção de planos de desenvolvimento urbano	3
Preservação do patrimônio cultural e natural nacional	4
Prevenção contra catástrofes naturais, englobando apoio aos afetados e estratégias para redução dos efeitos econômicos negativos	5
Promoção do consumo sustentável e redução dos resíduos resultantes da atividade humana	6
Tratamento adequado e sustentável dos resíduos	6
Fornecimento de acesso universal a espaços públicos seguros, acessíveis e verdes	7

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Reitera-se a esse ponto que Angola carece de transformações profundas, que afetem primordialmente os aspectos fundamentais que configuram a estrutura socioespacial do país, para o desbloqueio dos entraves ao desenvolvimento, para que, posteriormente, os planos e ações voltados à promoção de transformações em matéria de infraestrutura, saúde, educação e habitação, por exemplo, à semelhança das direcionadas no quadro anterior, possam frutificar num terreno fértil.

Poder-se-ia, inclusive dizer que, avaliada de forma mais rigorosa a conjuntura socioespacial de Angola, a discussão sobre o desenvolvimento precisa ser enquadrada num ponto anterior ao da ambiciosa sustentabilidade, focando no isolado desenvolvimento urbano que ainda não se verifica, apesar de ser contraproducente, atualmente, pensar em desenvolvimento sem a variável da sustentabilidade.

É verdade que ao abrigo de uma evolução experimentada no âmbito da estrutura fundante da realidade socioespacial angolana, várias dessas orientações a políticas públicas

poderiam tornar-se obsoletas por verem seus objetivos superados pelo produto das dinâmicas urbanas não planejadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posto está que o urbanismo ou o planejamento urbano originaram-se de modificações levadas à cabo nas dinâmicas socioeconômicas em nível mundial, reiterando o fato empírico de que a realidade é mutável e, muitas vezes, sob pequenos períodos e em decorrência de estímulos impensados, não planejados. As mudanças e os desafios decorrentes do processo de urbanização, mais uma vez conduziram à humanidade a uma postura de reflexão, estudo e crítica em prol da adaptação necessária a uma realidade insurgente, antes desconhecida a todos, mas que se mostrou digna de mudar paradigmas e propiciar o avanço humano.

Os ganhos das mudanças nesse quesito são hoje experimentados de forma generalizada com os notáveis avanços no campo científico e tecnológico, conducente às melhorias em saúde, educação, economia e política, nas dinâmicas sociais globais orientam os modos de fazer hoje tidos como óbvios e, em última instância, melhoram a qualidade de vida das pessoas de todo o planeta.

Angola, em meio da tudo isso, aprende (ou deve aprender) as lições da mutabilidade da realidade vigente, da adaptabilidade à novidade, da necessidade de empenho reflexivo para organização da sociedade e produção das benesses do desenvolvimento. Assim, apesar do quadro atual negativo da realidade urbana nacional, conforme exposto por essa pesquisa, há que avistar os horizontes das transformações, as disposições favoráveis do cenário de intervenção existente e, então, segurar as oportunidades que se apresentam, reconhecendo ser possível e certa a melhoria efetiva desse quadro.

Dos vários pontos negativos levantados, responsáveis pela atual configuração socioespacial do país, certamente o que mais vem ao pensamento é o da estrutura governativa autocrática existente, que retira do cidadão o seu valor intrínseco – a cidadania – e sufoca a liberdade deste para a potencial intervenção nas formas e métodos pelos quais a sua coletividade e os recursos a ela pertencentes são geridos. As noções de representatividade e transitoriedade que preenchem qualquer cargo político ainda se mostram fortemente ausentes da classe líder do país, minando todas as frentes motoras de um desenvolvimento urbano fático.

Precisa-se abraçar o compartilhamento, a participação, a liberdade, a Democracia, para que se deem chances a um teoricamente almejado desenvolvimento urbano sustentável em Angola.

Para aperfeiçoamento e ou extensão deste trabalho em futuras pesquisas, propõe-se:

1. Usar a metodologia de abordagem quantitativa para explorar maiores e melhores dados, com o fim de melhor precisá-los e conduzir à elaboração de conclusões mais fiéis à realidade urbana empírica do país;
2. Aprofundar as pesquisas em relação aos problemas da realidade urbana angolana aludidos no trabalho, detalhando-os, para uma melhor compreensão sobre os desafios à implementação de um modelo de desenvolvimento urbano que promova a sustentabilidade e o incremento da qualidade de vida das pessoas;
3. Focar mais efetivamente na temática das políticas públicas em nível nacional e na busca por modelos e exemplos de sucesso em outros países que possam ser replicados e adaptados à realidade angolana;
4. Propor uma abordagem mais criticista dos conceitos e modelos propostos relativos ao desenvolvimento urbano, fazendo uma maior discussão dos conceitos de urbanismo e planejamento urbano;
5. Fragmentar o escopo da pesquisa, aumentando o nível de delimitação e especificação dos elementos tratados atinentes à temática, propiciando o maior detalhamento global do estudo, associados a uma compreensão e contribuição mais significativos.

6 REFERÊNCIAS

- AFONSO, Luiekakio. Os desafios do planeamento e desenvolvimento urbano de Angola. Notas a propósito da obra de Raimundo Capitão: *Planeamento urbano e inclusão social: O caso do Uíge*. **Mulemba**, Luanda, Angola, v. 4, n. 8, 2014.
- ANGOLA. Anuário Estatístico da Educação 2021-2022. Luanda, Angola: Ministério da Educação, 2024.
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda, Angola: Assembleia Constituinte, 2010.
- ANGOLA. **Lei Constitucional de 1992**. Luanda, Angola.
- ANGOLA. **Lei nº 03 de 25 de junho de 2004 – Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo**, Luanda, Angola: Assembleia Nacional, 2004.
- ANGOLA. Relatório Nacional Voluntário sobre a implantação da Agenda 2030. Luanda, Angola: Ministério do Planeamento[?], 2021. Disponível em: https://www.embajadadeangola.com/pdf/VNR-Angola-2021_PT.pdf. Acesso em: 02 nov. 2024.
- ANGOLEX. Lei nº 3/04 – Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Luanda [?], [2022?], Disponível em: <https://angolex.com/paginas/leis/lei-do-ordenamento-do-territorio-e-urbanismo.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- BANCO MUNDIAL. Banco de Dados, Indicadores de Desenvolvimento Mundial, 2024. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&country=AGO>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- BODNAR, Zenildo; et. al. A sustentabilidade por meio do planejamento urbano. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo/RS, vol. 15, n. 3, p. 38-57, 2019.
- CASTRO, José Caléia; RESCHILIAN, Paulo Romano. Metropolização e planejamento territorial como perspectiva de desenvolvimento em Angola. **Cadernos Metrópole**, São Paulo/SP, v. 22, n. 49, p. 841-868, 2020.
- CENCI, Daniel Rubens; SCHONARDIE, Elenise Felzke. Direito à cidade: sustentabilidade e desenvolvimento no meio ambiente. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro/RJ, v. 7, n. 1, p. 166-180, 2015.
- GOMES, Daniela; ZAMBAM, Neuro José. O desafio da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Direito**, São Paulo/SP, v. 7, n. 1, p. 39-60, 2011.
- INE. Censo – resultados preliminares, recenseamento geral da população e habitação. Luanda, Angola, 2014.

INE. Estatística, Projeção da População Segundo Censo 2014, Luanda, Angola, 2024. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/inicio/estatisticas>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LUSA. **Número de alunos fora da escola continua a crescer em Angola**. DW Angola, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/n%C3%BAmerno-de-alunos-fora-da-escola-continua-a-crescer-em-angola/a-66686969>. Acesso em: 16 nov. 2024.

LUSA. **UNITA denuncia mais de 130 mortes em protestos em Angola**. DW Angola, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/unita-denuncia-mais-de-130-mortes-em-protestos-em-angola/a-65879983>. Acesso em: 16 nov. 2024.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz; CASTILHO, Maria Augusta. As faces do desenvolvimento urbano: origens e principais movimentos urbanísticos, **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, v. 18, n. 3, p. 87-106 2021.

ONU. [2030 Agenda for Sustainable Development (2015)]. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, Nações Unidas Brasil, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ONU. Agenda 2021, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992.

ONU. Agenda Habitat, II Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II). Istambul, Turquia, 1996.

ONU. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, Conferência sobre Meio Ambiente. Estocolmo, Suécia, 1972.

ONU. Declaração de Quito Sobre Cidades Sustentáveis e Assentamentos Urbanos para Todos, "Nova Agenda Urbana", Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Quito, Equador, 2016.

ONU. Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos, I Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat I). Vancouver, Canadá, 1976.

ONU. [Our Common Future (1987)]. **Nosso Futuro Comum, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Editora FGV, Rio de Janeiro/RJ, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024.

ROCHA, Alves. China/Sonangol/Crescimento Económico: 3 assuntos da máxima actualidade. CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica – Universidade Católica de Angola), Luanda, Angola, 2015. Disponível em: <https://studylibpt.com/doc/5053558/china-sonangol-crescimento-econ%C3%B3mico--3-assuntos---ceic>. Acesso em: 12 nov 2024.

ROCHA, Alves. Desigualdades e assimetrias regionais em Angola – Os factores de competitividade territorial. Luanda, Angola, p. [?], Ceic-Ucan. 2010.

SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. O desenvolvimento urbano sustentável - uma utopia possível? **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba/PR, n. 9, p. 57-67, 2004.

SILVEIRA, Mozart Victor Ramos. Serviços públicos e o desenvolvimento urbano sustentável. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá/AP, n. 9, p. 187-199, 2017.

SOMA, Paulo. **Políticas públicas de urbanismo em Angola**. 2018, 475 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2018. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/87615>. Acesso em: 23 mar. 2023.

TABARIN, Charles Serra. Desenvolvimento urbano sustentável na agenda internacional. **Revista de Geografia**, Programa de Pós-graduação em Geografia UFJF, São Paulo/SP, v. 10, n. 1, p. 39-60, 2020.

ULTRAMARI, Clóvis. Significados de urbanismo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo/SP, v. 16, n. 35, p. 166-184, 2009.